



RESPOSTA AOS RECURSOS

SELEÇÃO PÚBLICA PARA ESTÁGIO – TRT 6ª REGIÃO

SELEÇÃO PÚBLICA PARA ESTÁGIO 2013 – TRT 6ª REGIÃO

RESPOSTA AO RECURSO DA PROVA OBJETIVA

Prova: Direito do Trabalho
Questão contestada: nº 21
Resposta Publicada: D
FUNDAMENTAÇÃO DO PROFESSOR
<p>Inscrição: 11391, 12361 e 10905</p> <p>A questão versa sobre os princípios aplicáveis ao direito do trabalho, dentre as alternativas apresentadas, o único princípio que não aparece na relação dos princípios aplicáveis diretamente ao ramo laboral, segundo a melhor doutrina de Luciano Martinez, em seu livro Curso de Direito do Trabalho, é o princípio da proporcionalidade, quanto aos demais, apesar de alguns doutrinadores não considerarem como princípios específicos, são constantemente utilizados para a fundamentação das demandas trabalhistas e, portanto, servem como respaldo protecionista do trabalhador. Assim, não encontra guarida o pleito do requerente, restando o gabarito da questão 21 mantido.</p> <p>Recurso improvido. Gabarito mantido – Letra D.</p>

SELEÇÃO PÚBLICA PARA ESTÁGIO 2013 – TRT 6ª REGIÃO

RESPOSTA AO RECURSO DA PROVA OBJETIVA

Prova: Direito do Trabalho
Questão contestada: nº 29
Resposta Publicada: D
FUNDAMENTAÇÃO DO PROFESSOR
<p>Inscrição: 11391</p> <p>A questão versa sobre o procedimento sumaríssimo, Lei nº 9.957/2000, que acrescentou os arts. 852-A a 852-I à Consolidação das Leis do Trabalho. No que tange ao texto da alternativa “B” que apresenta a comparação do referido procedimento entre a legislação processual civil e a legislação trabalhista, previsto na doutrina de Sergio Pinto Martins, em seu livro Direito Processual do Trabalho como a própria redação da alternativa estava direcionando apenas a comparação entre duas situações, quais sejam, ‘determinadas matérias’ e ao ‘valor da causa’; desta feita, a alternativa deve ser interpretada de forma restritiva, não cabendo outras interpretações, portanto, a alternativa em comento é verdadeira.</p> <p>Em se tratando da alternativa “D”, esta realmente está incorreta, tendo em vista que o texto da lei é claro quando exclui determinadas pessoas do supracitado procedimento, todavia, estão inseridas pessoas da administração indireta, quais sejam as empresas públicas que exploram atividade econômica e as empresas de economia mista, que já que a norma legal não se refere a elas expressamente.</p> <p>Assim, o requerente não faz jus ao que pleiteia, devendo ser mantido o gabarito da questão em análise.</p> <p>Recurso improvido. Gabarito mantido – Letra D.</p>

SELEÇÃO PÚBLICA PARA ESTÁGIO 2013 – TRT 6ª REGIÃO

RESPOSTA AO RECURSO DA PROVA OBJETIVA

Prova: Direito Administrativo
Questão contestada: nº 38
Resposta Publicada: A
FUNDAMENTAÇÃO DO PROFESSOR
<p>Inscrição: 11391</p> <p>O enunciado da questão pedia a resposta INCORRETA.</p> <p>Das alternativas elencadas, tem-se como INCORRETA a letra A ,pois, a Constituição Federal determina o prazo de 3 anos e as demais normas infraconstitucionais a ela devem se compatibilizar.</p> <p>As demais alegações do aluno não procedem, uma vez que a questão está de acordo com a lei mencionada.</p> <p>Recurso improvido. Gabarito mantido – Letra A.</p>